



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Federal Daniela Reinehr – PL/SC

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2025

(Da Sra. DANIELA REINEHR)

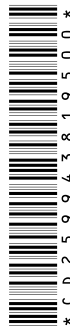
Requer informações à Ministra de Estado da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos sobre contratação de empresa de terceirização investigada pela Polícia Federal (PF) e pela Controladoria-Geral da União (CGU) por fraudes em licitações do governo federal, no valor de R\$ 328 milhões.

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 50, §2º, da Constituição Federal, e do artigo 115 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro que sejam prestadas informações sobre a possível contratação, pelo Ministério da Gestão e da Inovação (MGI), de empresa de terceirização investigada pela Polícia Federal (PF) e pela Controladoria-Geral da União (CGU) por fraudes em licitações do governo federal, no valor de R\$ 328 milhões.

Diante disso, solicito que sejam prestadas as seguintes informações:

1. O Ministério tinha conhecimento das investigações em andamento contra a empresa antes da assinatura do contrato?
2. Quais os critérios adotados para a escolha da empresa e a celebração do contrato de R\$ 328 milhões?
3. Houve consulta à CGU ou outros órgãos de controle antes da contratação?



4. O contrato prevê cláusulas de rescisão em caso de comprovação das fraudes investigadas?

5. Quais medidas estão sendo adotadas para garantir que empresas envolvidas em esquemas fraudulentos não sejam contratadas pelo governo federal?

JUSTIFICAÇÃO

O presente requerimento tem por objetivo obter esclarecimentos da Ministra de Estado da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos acerca da contratação, pelo governo federal, de uma empresa de terceirização atualmente sob investigação da Polícia Federal (PF) e da Controladoria-Geral da União (CGU) por supostas fraudes em licitações. O contrato em questão envolve o montante de R\$ 328 milhões e levanta sérias preocupações quanto à lisura dos processos licitatórios e ao uso adequado dos recursos públicos.

Considerando a gravidade das denúncias e a necessidade de garantir transparência e integridade na gestão pública, faz-se imprescindível obter informações detalhadas sobre os critérios adotados para a seleção da empresa, os mecanismos de fiscalização implementados pelo Ministério e as medidas que estão sendo tomadas para apurar eventuais irregularidades e resguardar o erário.

Diante do compromisso constitucional com a moralidade administrativa e o dever de fiscalização inerente ao Poder Legislativo, este requerimento visa assegurar que os recursos públicos sejam utilizados com eficiência, probidade e em conformidade com a legislação vigente, evitando prejuízos à administração pública e ao contribuinte brasileiro.

Sala das Sessões, em de de 2025.

Deputada DANIELA REINEHR

